



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 136/137 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2005 ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 136**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	03
Projetos de Lei	09
Projeto de Lei Complementar	12
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	15
Dep. Neivo Beraldin	16
Dep. José Maria Ferreira.....	16
Dep. José Domingos Scarpellini	17
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	18
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri	19
Liderança do PMDB:	
Dep. Elza Correia	20
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	22
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	22
2ª Discussão	22
Discussão Única (Proposições) ..	22
Requerimentos	24
Encerramento da Sessão Ordinária.....	25
Transcrições	26

DIÁRIO Nº 137**SUMÁRIO**

Mesa Executiva.....	27
Presenças.....	27
Abertura da Sessão	27
Expediente:	
Requerimentos	27
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
1ª Discussão	28
Discussão Única (Proposições)..	32
Encerramento da Sessão	35

129ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE DEZEMBRO DE 2005**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão
secretariado pelos Srs. Deputados Durval Amaral e
Cesar Seleme.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (43). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Antonio Anibelli, Chico Noroeste, Natálio Stica, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho e Waldir Leite (09); e em viagem representativa o Sr. Deputado Reni Pereira e a Sra. Deputada Cida Borghetti (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3871

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, o pedido de que o Projeto de Lei nº 426/2005, de autoria deste Parlamentar, seja colocado em regime de urgência.

Tal projeto encontra-se na CCJ e a urgência se faz necessária pelo motivo de existir um grande número de projetos de ensino que já podem ser executados no ano de 2006, pelas universidades deste Estado.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário seja dada ciência à CCJ e aos demais órgãos competentes desta Casa, para as devidas providências administrativas.

É o requerimento.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 3866

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 3865

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 3850

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, cópia dos seguintes documentos:

- projeto de lei das concessões de pedágio, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, com relação de como votou cada Deputado para sua aprovação;
- cópia do relatório final da CPI do Banestado.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3841

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, que seja reservado espaço durante o Grande Expediente do dia 07 de dezembro de 2005, para apresentação de delegação italiana, vinda da Secília/Itália, para encontro de cooperação entre os dois estados, por iniciativa deste Deputado.

Na oportunidade, será feito breve relato sobre os assuntos discutidos durante o encontro, marcado para as 9h30min deste mesmo dia.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 3864

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER que seja disponibilizada a utilização do plenário da Assembléia Legislativa para a realização do 2º Seminário Estadual sobre Oportunidades de Negócios em Seqüestro de Carbono e Benefícios Sócio-Ambientais, o qual será realizado nos dias 30 e 31 de março de 2006, com um custo para realização de aproximadamente R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), tendo como participações: a Associação dos Agrônomos do Paraná, a Universidade Federal do Paraná, a Emater, a Assembléia Legislativa, entre outros órgãos, sob a minha coordenação.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3863

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis para ausentar-se nos dias 07 e 08 deste, para realização de viagem a Foz do Iguaçu - Paraná, a fim de participar do 4º Encontro do Programa Estudos Avançados para Líderes Públicos - Edição 2005/2006.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 3840

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Laurival Kwiatkowski Mayer, no último dia 24 de novembro de 2005, no município de São Mateus do Sul.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 66 anos de idade, faleceu no último dia 24 de novembro, o Sr. Laurival Kwiatkowski Mayer, deixando viúva a Sra. Idalina Mayer e filhos: Jussara, Izolde, Cleri, Cleide, Álvaro, Aramis, Elaine e dez netos.

Foi Vereador no período 1977-1982, Prefeito Municipal no período de 1983-1988, Vice-Prefeito Municipal no período de 1993-1996, do município de São Mateus do Sul.

O passamento do Sr. Laurival Kwiatkowski Mayer, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é

a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Laurival, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Kwiatkowski Mayer, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3859

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Ana José de Oliveira, moradora de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3861

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Darci Borba, ocorrido no dia 29 de novembro p.p., na cidade de Catanduvas-PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, Bernadete Borba, enviando correspondência à rua São paulo, s/n - CEP: 85.470-000, Catanduvas-PR.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os momentos marcam cada existência. Existe o momento da chegada e o momento da partida. Porém, entre os dois momentos, acontece toda uma existência.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e aos amigos. Devemos lembrar sempre de Darci como bom esposo, bom pai e um grande companheiro.

E o nosso amigo e companheiro marcou intensamente sua passagem por Catanduvas, tendo atuado como líder político, Presidente do PMDB e Vereador por duas vezes consecutivas, prestando significativa contribuição para o desenvolvimento econômico do Município.

A nossa fé cristã nos permite acreditar que houve apenas uma partida, mas que o momento do reencontro, dentro do plano divino, um dia vai acontecer. Enquanto isso, aos que ficaram, é importante saber que existe toda uma caminhada pela frente. Caminhada esta, que deve e

merece ser vivida com muito ardor, com muita firmeza e com muita dedicação.

Que o Pai Criador, dentro de Seu infinito amor, ao mesmo tempo que acolhe o Darci em sua morada divina, console e ilumine o coração de todos os que sofrem com sua partida.

Através deste requerimento, associamo-nos à tristeza dos familiares e amigos, manifestando nossa solidariedade, ao tempo em que prestamos nosso respeito póstumo ao falecido.

REQUERIMENTO Nº 3843

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos a S. Exa. Revma. Dom José Antônio Peruzzo pela sua posse, nos dias 09 e 11 do corrente, como Bispo da Diocese de Palmas e Francisco Beltrão.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a S. Exa. Revma. Dom José Antônio Peruzzo.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

S. Exma. Revma. Dom José Antônio Peruzzo nasceu em Cascavel, Estado do Paraná, em 19 de abril de 1960; em 22 de dezembro de 1985 foi ordenado Sacerdote, após se tornar Mestre em Ciência Bíblica pelo Pontificado Instituto Bíblico de Roma e Doutorado em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade São Tomáz de Aquino de Roma.

Era Pároco da Catedral de Cascavel até agora. Estudou Filosofia na Universidade Católica do Paraná e Teologia no Estúdio Teológico de Curitiba. Agora, nos próximos dias 09 e 11, assumirá as funções de Bispo Diocesano de Palmas e Francisco Beltrão, sendo o terceiro bispo da história daquela diocese.

É grande a satisfação que sentimos ao receber-mos um prelado da estirpe de S. Exa. Revma. Dom José Antônio Peruzzo.

Honra-nos, sobremaneira, a nomeação de S. Exa. Revma. Dom José Antônio Peruzzo, como novo Bispo. E nós, ovelhas submissas de seu imenso rebanho, o recebemos; toda a população do Sudoeste estará pronta com alegria para recebê-lo como nosso amado Pastor, e, para acolher a sua bênção paternal.

Sucessor dos apóstolos, aqui nos achamos para venerar em sua pessoa, aqueles que Cristo elegeu para lançarem os alicerces da Sua Igreja. É S. exa. Revma. o Pastor não só da palavra divina, mas o exemplo vivo das virtudes cristãs.

A fama de sua piedade e abnegação ecoou até nós e toda a população sudoestina, com a auréola de santidade que lhe nimba a fronte.

A ação de S. Exa. Revma., tanto na esfera religiosa, como no campo do amparo social, será um penhor

seguro de conforto para as almas que se acharão sob sua jurisdição.

Esteja certo, todavia, que encontrará, no Sudoeste um povo crente e ordeiro, sequioso para vê-lo e para ouvir a palavra de Deus da boca autorizada de um prelado que sabemos, reúne todas as qualidades de espírito e coração. A fama de suas virtudes já ultrapassou as fronteiras, e o povo sudoestino sente-se feliz por vê-lo como novo Bispo Diocesano.

Como ovelhas submissas, portanto, estamos todos prontos a ouvir sua palavra apostolar, a imitar os seus exemplos, e seguir os seus passos por mais árduo que seja o caminho a trilhar.

Será S. Exa., não só o Ministro de Deus, no ministério da Santa religião, mas, ainda, o Conselheiro seguro nos pequenos e grandes problemas que a cada passo surgem no caminho de nossa existência.

Sêde, pois, bem-vindo entre todos nós sudoestinos, ilustre príncipe da Santa Madre Igreja, que de braços abertos o receberemos como missionário de Cristo e mensageiro da paz, sob o manto de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 3844

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Floraí, pela passagem, no próximo dia 15 de dezembro, de seus cinquenta anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Edson Luiz Ratti, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Marino Donizete Tessarolo Sanches, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Floraí.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, homenageia com este voto, a laboriosa população de Floraí, pelo transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política. Homenagem esta dedicada aos administradores de todos os tempos.

Floraí, é um município que não é meu e nem seu; é de todos os que souberam construí-lo. Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalham em favor de seus semelhantes.

Estas palavras são, então, um agradecimento a todos os que deram parte de sua vida em favor dessa terra e de sua gente. São também um incentivo a todos os que hoje igualmente se sacrificaram, não por si, mas por uma vida melhor para todos.

Nada mais confortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná que saudar efusivamente o municí-

pio de Florai pela passagem de mais um aniversário de fundação, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança da população com a invencível segurança transmitida por uma longa tradição de serviços prestados.

Está de parabéns toda a população de Florai na significativa data de 15 de dezembro, em que se comemora mais um aniversário de sua emancipação política.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e este Parlamentar, cumprimentam efusivamente toda a população de Florai na certeza que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 3845

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos, ao município de Bituruna, pela passagem, no próximo dia 14 de dezembro, de seus cinquenta anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Lauro Agustini, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito José Constantino de Lara Ribas, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Bituruna.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Bituruna, com grande alegria estará no próximo dia 14 do corrente, festejando os cinquenta anos de emancipação política.

Com esta proposição queremos homenagear toda a população de Bituruna que ao longo desses cinquenta anos vem lutando e trabalhando diuturnamente para que o Município continue sendo um exemplo de progresso.

Parabenizamos a todos aqueles que de uma forma ou de outra prestam sua colaboração acreditando que é com muito trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro. Pois, a união de um povo, a administração municipal juntamente com a representação estadual é que impulsionam o progresso.

Nesta significativa data de 14 de dezembro de 2005, toda população é digna do nosso reconhecimento e admiração na certeza de que continuarão dando o melhor de seus esforços em prol da grandeza do seu Município.

Bituruna é um município que não é meu e nem seu; é de todos os que souberam construí-lo. Esta é a essência da filosofia de todos os que trabalham em favor de seus semelhantes.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens devidas à população de Bituruna na signifi-

cativa data da comemoração de seus quinquagésimo aniversário de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 3846

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos, ao município de Paulo Frontin, pela passagem, no próximo dia 14.12.2005, do 53º aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Irineu Inácio Zacharias, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Jamil Pech, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 14 de dezembro/2005 marcará a passagem de mais um aniversário da emancipação política do município de Paulo Frontin.

Toda a população radiante de alegria irá comemorar os 53 anos do seu município com grandes festividades.

Entretanto, o fundamental é que o trabalho que vem sendo desenvolvido em conjunto (administração e povo), está trazendo benefícios para toda a região e com isso, as soluções para os problemas que são inúmeros, vão aparecendo. Através desta proposição queremos prestar nossa sincera homenagem a toda a população de Paulo Frontin, pela eficiente colaboração prestada em prol do desenvolvimento cada vez maior do Município e o bem-estar de todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens ora prestadas ao município de Paulo Frontin, pelo transcurso de sua magna data, augurando muita prosperidade aos seus diletos filhos.

REQUERIMENTO Nº 3847

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São Carlos do Ivaí, pela passagem do seu 49º aniversário de emancipação política no próximo dia 14 de dezembro/2005.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Jurandir Alves Contro, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Reinol Elias Júnior, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná,

recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda população de São Carlos do Ivaí irá comemorar a passagem de seus 49 anos de emancipação política.

O aniversário de São Carlos do Ivaí diz muito a todos nós paranaenses que amamos a nossa terra e a ela devotamos a melhor de nossas energias.

Através desta proposição queremos homenagear toda a população de São Carlos do Ivaí que não mede esforços em prol do progresso cada vez maior do seu município.

Pois, com o trabalho integrado, com a colaboração de seu povo trabalhador e honesto, São Carlos do Ivaí estará contribuindo com importante parcela para o engrandecimento do nosso Estado e do nosso país.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, renova sua gratidão e reconhecimento a toda população, na certeza de que continuarão com a mesma garra, o trabalho desenvolvido para a grandeza do seu município.

REQUERIMENTO Nº 3848

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à população do município de Boa Vista da Aparecida, pela celebração da passagem dos 24 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Oldino José Vigano, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Sioravante Antonello, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Boa Vista da Aparecida, estará no próximo dia 22 de dezembro, comemorando com júbilo os 24 anos de emancipação política do Município.

Cumprimentamos efusivamente seu povo honesto e trabalhador que continua, ao longo desses anos, colaborando para o constante progresso do município.

Homenageamos, também, com esta proposição, seus administradores de todos os tempos que sempre acreditaram e acreditam, como nós, que é somente através do trabalho que se obtém segurança e se escreve o futuro.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, sente-se orgulhoso em transmitir a toda a população de Boa Vista da Aparecida, com

este voto, toda admiração e respeito, pela colaboração que vem prestando ao longo desses anos para o completo desenvolvimento do município.

REQUERIMENTO Nº 3872

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à empresa Siemens do Brasil, pelo jubileu de ouro de atuação no Paraná e trinta anos da fábrica de Curitiba, na pessoa do Presidente, Adilson Antônio Primo; Vice-Presidente, Aluizio Bretas Byrro; Diretor Regional de Desenvolvimento de Negócios, Francisco Roberto Höpker e o Diretor da Fábrica de Curitiba, João Heber Guterres Machado, demais membros da administração e funcionários.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Desde que Werner von Siemens, em 1847, abriu uma pequena oficina nos fundos de um prédio em Berlim, muita coisa aconteceu. A Siemens cresceu, ganhou o mundo e transformou-se numa rede global de inovação.

Com mais de 7000 mil invenções por ano a Siemens é uma das empresas mais inovadoras no mundo.

A integridade, respeito às normas éticas e legais rigorosas nas estratégias e nas atividades do dia-a-dia das atividades, refletem os princípios de conduta da empresa.

No último dia 2 comemorou Jubileu de Ouro de atuação no Paraná e trinta de implantação da fábrica de Curitiba, que é a maior e melhor fábrica da Siemens do Brasil e da América Latina.

A cidade de Curitiba teve forte contribuição nos resultados da empresa, que encerrou o o exercício fiscal de 2005 com faturamento recorde de R\$ 6,6 bilhões, crescimento de 11% sobre o ano anterior.

Portanto, o reconhecimento desta Casa pelo excepcional desempenho da empresa no Paraná e pela maior e melhor fábrica da Siemens do Brasil e da América Latina, que é a de Curitiba.

Encaminhe-se este requerimento a todos os membros da administração da Siemens acima nominados, à Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 555 - CEP: 80.430-180.

REQUERIMENTO Nº 3854

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Jorge Scaff.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3855

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Juan Luís Veiga Vasques.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3856

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Sílvio Sernache de Freitas.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3842

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de imensa saudade pela despedida, no próximo dia 09, de S. Exa. Revma. Dom Agostinho José Sartori, como Bispo Diocesano de Palmas e Francisco Beltrão.

Requer, outrossim, que da decisão da casa, seja dado conhecimento a S. Exa. Revma. Dom Agostinho José Sartori.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Trinta e cinco anos depois de ter assumido, Dom Agostinho José Sartori deixa a Diocese de Palmas e Francisco Beltrão.

A substituição de nosso querido Bispo Dom Agostinho José Sartori era esperada, quando obedecendo às regras da Igreja Católica, apresentou sua carta de renúncia ao Santo Padre o Papa.

Dom Agostinho José Sartori veio, em nome de Jesus Cristo, trazer para a região sudoestina, a sua bênção. Bendito aquele que vem em nome do Senhor. Dom Agostinho renovou a nossa fé em Jesus Cristo. Reafirmou a luz deste amor à dignidade e ao destino transcendente

de toda a pessoa carente. Sua figura evangélica e ao mesmo tempo profundamente humana fez renascer uma fonte de alegria, de esperança e de benquerença que fluirá pra sempre entre os irmãos sudoestinos. Seu exemplo permanecerá redivivo entre todos, como uma lição e um incentivo. O amor que dedica ao Sagrado Ministério criou uma frente austera, uma aura de prestígio que o tempo não apagará. Pastor dedicado e amoroso, que não conhece descanso nem repouso enquanto souber que ali está uma ovelha necessitando de seu amparo, quer espiritual, quer material.

Nada o detém no cumprimento do dever, sacrifica o seu bem-estar pelo bem-estar dos outros, e isso, com um desinteresse apostólico, elevado ao nível do sacrifício. A missão de Dom Agostinho José Sartori, inspirada nas lições do Evangelho, produziu frutos imarcescíveis. Prometemos que nunca haveremos de esquecer e que há de ser sempre para nós sudoestinos, o conselheiro seguro nas nossas aflições e nas nossas dúvidas. Palmas e todo o Sudoeste se revertem em graças e orações de agradecimento e saudades. No dia 09, nossas orações e ofertas, traduzirão amor, veneração, respeito e obediência a S. Exa. Revma. Dom Agostinho José Sartori.

Na terra sudoestina, cujas fronteiras sobem diretas ao céu, todos os corações se unem, no mais estrito complexo de fraternidade.

Entendemos que a homenagem que pretendemos seja concedida a S. Exa. Revma. Dom Agostinho José Sartori, a quem mantemos profundo respeito e admiração, obedece aos anseios de todos os segmentos da sociedade do Sudoeste, motivo pelo qual apresentamos à consideração desta augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para que fique gravado nos Anais para a posteridade, fulcrada sob o manto de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 3851

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e após ouvido o douto Plenário, vem REQUERER sejam encaminhadas cópias dos seguintes documentos, os quais não foram remetidos por ocasião das prestações de contas encaminhadas para análise:

Referentes ao Exercício de 2002

- Instrução da Inspeção Geral de Controle - TC
- Parecer Ministério Público Contas - TC
- Parecer Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos - TC

Referentes ao Exercício de 2003

- Instrução da Inspeção Geral de Controle - TC
- Relatório e parecer prévio

Somente com o envio desses documentos é que será possível proceder uma análise acerca das contas públicas. Sem os documentos mencionados torna-se

impossível concretizar o trabalho a que o Parlamentar ora requerente se dispôs.

Ressalte-se que relativamente às prestações de contas do exercício de 2002, foi exarado pela Comissão de Tomada de Contas parecer favorável à aprovação.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 3857

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ministério Público do Trabalho, solicitando providências no sentido de que sejam apuradas denúncias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil - Sintracon, contra a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Londrina, Maringá e Curitiba denunciam a prática da Cohapar, de firmar contratos de empresa de fachada com o objetivo de burlar as leis trabalhistas e prejudicar os trabalhadores, além de não oferecerem condições mínimas de segurança, saúde e higiene do trabalhador da construção civil.

Nesse sentido, solicitamos ao Ministério Público do Trabalho para que proceda às devidas investigações e conseqüentes auditorias, a fim de apurar as citadas denúncias.

REQUERIMENTO Nº 3870

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Procuradoria do Ministério Público Estadual, solicitando providências quanto à nomeação do advogado Rodrigo Gonçalves Portella, que vem acumulando cargo em comissão, nos municípios de Novo Itacolomi e Cambira.

Outrossim, informar que tal providência já foi objeto de investigação por parte do Promotor Público de Apucarana, Dr. Márcio Pinheiro Dantas Mota, que no entanto arquivou o pedido, pois tratava-se de denúncia anônima, e o promotor, mesmo sabendo do fato denunciado anonimamente, não tomou as providências que o caso requer.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Esta Casa já encaminhou pedido de igual teor ao Tribunal de Contas do Paraná oferecendo a denúncia, e o Promotor Público de Apucarana, Dr. Márcio Pinheiro Dantas Mota, já tem o conhecimento do fato denunciado por nós desta tribuna, por várias vezes, e através de

denúncia anônima que chegou até ele, sem que qualquer providência tenha sido tomada.

Isto posto, vimos reiterar, agora à Procuradoria do Ministério Público, que sejam apuradas as denúncias e restabelecida a justiça quanto ao acúmulo de cargos do assessor jurídico das prefeituras de Novo Itacolomi e Cambira.

REQUERIMENTO Nº 3853

Senhor Presidente:

José Domingos Scarpellini, Deputado que o presente subscreve, com base no Regimento Interno e na imperiosa necessidade de serem esclarecidos os fatos, circunstâncias, motivos e autoria, bem como custo financeiro aos cofres públicos, do informe publicitário subscrito pelo Governo do Estado do Paraná, na página A7, do jornal Folha de São Paulo, edição de 1º de dezembro corrente, mediante resposta às seguintes questões:

1 - qual Agência de Publicidade foi a responsável pela elaboração do texto publicado sob o título "A Revista Exame Mentiu. Manipulou e Distorceu Informações", publicado na página A7, edição de 1º de dezembro 2005, no jornal Folha de São Paulo?

2 - Especificando-se os valores pagos ao jornal e à agência responsável pelo encaminhamento e intermediação da matéria, qual foi o custo financeiro para os cofres públicos do Governo do Estado do Paraná?

3 - Qual a fonte orçamentária do Governo do Estado do Paraná que custeou a publicação?

4 - Qual funcionário público do Governo do Estado do Paraná, foi o ordenador final desta despesa?

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

REQUERIMENTO Nº 3849

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, das matérias intituladas "O conflito do pedágio" e "Faturamento com pedágio cresce 80%", escrita por Oscar Röcker Netto e Kátia Brembatti, publicadas na Gazeta do Povo, dia 04/12/2005.

As reportagens destrincham as malfadadas concessões que mais trouxeram "dor de cabeça" e oneraram o bolso do paranaense,, do que contribuíram com a economia do Estado.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A importância das reportagens se dá pelo fato que é um jornal de ampla circulação estadual, que revela o que há muito tempo faz parte da bandeira de luta do PMDB e do Governador Roberto Requião, sobre a redução dos valores cobrados na tarifa de pedágio. O Paraná não agüenta mais os aumentos, além de ser muito alta a receita das concessionárias que só neste ano vão arrecadar R\$ 640 milhões. É

um abuso ao povo paranaense já que a contrapartida é pífia e os serviços oferecidos, mínimos.

REQUERIMENTO Nº 3860

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER a publicação nos Anais da Assembléia Legislativa do editorial do jornal Folha de Londrina, intitulado “Em Busca da Transparência Tributária” publicado no domingo, dia 04/12/2005.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 758/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A prestação de serviço de transporte interestadual de cargas, iniciada no território paranaense, cujo tomador esteja aqui localizado, desde que realizada por transportador autônomo, fica isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação - ICMS.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O setor de transporte passa por profunda crise, visto que tem seus custos sistematicamente aumentados pelo valor do pedágio, nas rodovias pedagiadas, e pelo enorme desgaste dos veículos transportadores ocasionados pela péssima conservação das estradas, nas rodovias não pedagiadas.

Assim, especialmente o transportador autônomo é afetado, pois sua menor condição financeira o obriga, para incrementar seus ganhos, a aumentar a jornada de trabalho, fazendo crescer o risco de acidentes.

Portanto, solicito o apoio dos meus Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que objetiva conceder ao transportador autônomo, quando do transporte de carga para outros estados, a isenção do ICMS (esclareço que dentro do Estado já foi concedido este benefício pelo Decreto nº 3085, de 31 de maio de 2004).

PROJETO DE LEI Nº 760/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Aos contribuintes que não tenham incorrido em infrações de trânsito, fica instituído o desconto no

valor anual do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos seguintes patamares:

I - dez por cento (10%) no caso de não ter cometido infração de trânsito no ano civil anterior;

II - quinze por cento (15%) no caso de não ter cometido infração de trânsito nos últimos dois anos civis;

III - vinte por cento (20%) no caso de ter cometido infração de trânsito nos últimos três anos civis.

§ 1º Os percentuais referidos nos incisos anteriores não serão cumulativos.

§ 2º Constitui infração de trânsito a inobservância de qualquer preceito do Código de Trânsito Brasileiro, legislação complementar ou resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - Contran.

Art. 2º Para a concessão de benefício previsto no artigo 1º, serão consideradas as infrações das quais o contribuinte tenha sido notificado, pessoalmente, através de remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil.

Parágrafo Único. A notificação devolvida por desatualização de endereço do proprietário do veículo será considerada válida para todos os efeitos.

Art. 3º O desconto estabelecido nesta lei fica condicionado aos pagamentos do IPVA nos prazos de vencimentos estipulados.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI
HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

É fato público a situação caótica do trânsito, não só em nosso Estado, mas em todo o país. Fator primordial, para tanto, consiste na contumaz desobediência de nossos motoristas às regras de trânsito: cruzar sinal fechado, ultrapassar de forma perigosa, estacionar em local proibido, andar em velocidade acima da permitida e tantas outras infrações que se tornam comuns em nosso cotidiano, muito embora o poder público tente coibir tais atos e realize diversas campanhas educativas nesse sentido.

O Código de Trânsito Brasileiro estabelece pesadas multas por infração às suas regras. Entretanto, entendemos que, assim como há punição aos transgressores, aqueles que respeitam as normas de trânsito devem ser contemplados.

Além disso, sabe-se que o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores representa grande ônus ao orçamento de parcela considerável da população, especialmente àqueles que não possuem veículos somente para o lazer, utilizando os mesmos como instrumento de trabalho.

O presente projeto de lei tem como objetivo estimular a observância e a obediência integral às leis de

trânsito, bem como incentivar a adimplência ao pagamento do IPVA.

Por esses argumentos, submetemos a presente proposição à apreciação da Casa.

PROJETO DE LEI Nº 761/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar, no âmbito do Departamento da Polícia Civil, subordinado à Divisão de Polícia Especializada, a Delegacia do Idoso.

Art. 2º Fica atribuído à Delegacia do Idoso, a competência para operacionalização das atividades inerentes à Polícia Judiciária na investigação, prevenção e repressão dos ilícitos penais praticados contra o idoso e previstos no Código Penal Brasileiro, na Lei das Contravenções Penais, na Lei de Tortura (Lei nº 9455/97) e na Lei do Idoso (Lei nº 10.741 de 01/10/2003).

Art. 3º A Delegacia do Idoso deverá ser comandada por Delegado de Polícia de 1ª Classe.

Art. 4º A Delegacia do Idoso deverá ser composta por Escrivão de Polícia, masculino e feminino e Investigador de Polícia masculino e feminino.

Art. 5º O Sr. Delegado Geral terá dez dias após a publicação desta lei, deverá organizar e colocar em funcionamento a Delegacia do Idoso.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Considerando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, onde o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a lei.

Considerando que o idoso não pode ficar na fila, às vezes é mal atendido onde é dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.

Considerando os fatos, cria-se no âmbito do Estado do Paraná, a Delegacia do Idoso, para dar todo o atendimento que os mesmos necessitam.

PROJETO DE LEI Nº 762/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Moradores e Amigos de Silveirópolis,

com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretende-se declarar de Utilidade Pública Estadual, compõe-se basicamente de pessoas residentes na mesma comunidade, que procuraram, na forma de Associação, melhorar as condições de vida dos habitantes da mesma, pequenos produtores rurais e proprietários de pequenos comércios daquela localidade.

Mencionada entidade já está considerada como de Utilidade Pública em seu município, o que confirma sua idoneidade e existência.

Conto com o voto dos nobres Pares, em favor da Associação em questão.

PROJETO DE LEI Nº 763/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Servidores Municipais de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretende-se declarar de Utilidade Pública Estadual, compõe-se de funcionários da Prefeitura de Assis Chateaubriand, que procuraram, na forma de Associação, melhorar as condições de trabalho, saúde, lazer e preservação de seus direitos.

Mencionada entidade já está considerada como de Utilidade Pública em seu município, o que confirma sua idoneidade e existência.

Conto com o voto dos nobres Pares, em favor da Associação em questão.

PROJETO DE LEI Nº 764/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação dos Moradores e Amigos de São Cosme e Damião, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretende-se declarar de Utilidade Pública Estadual, compõe-se basicamente de pessoas residentes na mesma comunidade, que procuraram, na forma de Associação, melhorar as condições de vida dos habitantes da mesma, pequenos produtores rurais e proprietários de pequenos comércios daquela localidade.

Mencionada entidade já está considerada como de utilidade pública em seu município, o que confirma sua idoneidade e existência.

Conto com o voto dos nobres Pares, em favor da Associação em questão.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 759/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, decretos e demais atos normativos estaduais previstos no parágrafo único do artigo 63 da Constituição do Estado, bem como os atos de regulamentação expedidos por órgão do Poder Executivo, obedecerão aos disposto nesta lei complementar.

Art. 2º As leis e decretos serão numerados em séries distintas sem renovação anual.

Parágrafo Único. Na numeração serão observados ainda os seguinte critérios:

I - as emendas à Constituição do Estado terão sua numeração iniciada a partir da promulgação da Constituição;

II - as leis complementares e ordinárias terão numeração seqüencial em continuidade às séries iniciadas em 1947.

Capítulo II

Das Técnicas de Elaboração, Redação e

Alteração das Leis

Seção I

Da Estruturação das Leis

Art. 3º A lei será estruturada em três partes:

I - parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a emenda e a fórmula de promulgação;

II - parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada;

III - parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das

normas de conteúdo substantivo, as disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência, a cláusula financeira e a cláusula de revogação, quando couberem.

§ 1º Nos atos normativos de origem parlamentar deverá constar, abaixo da parte final, a identificação do autor da proposição.

§ 2º A emenda resumirá com clareza e precisão o conteúdo do ato, devendo, se alterar a norma em vigor, fazer referência ao número e ao objeto desta.

Art. 4º A fórmula de promulgação indicará a autoridade ou o órgão legiferante e descreverá a ordem de execução, traduzida pelas formas verbais “aprova”, “decreta” e “promulga”.

Art. 5º Quando não houver cláusula que fixe o dia da publicação como termo inicial de vigência da lei, deverá ser utilizada a fórmula “...entrará em vigor na data de sua publicação”.

§ 1º A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua integral consumação.

§ 2º As leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula “...; esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação”.

Art. 6º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Parágrafo Único. A cláusula de revogação das leis de consolidação adotará a fórmula “são formalmente revogados, por consolidação e sem interrupção de sua força normativa”, seguida da enumeração prevista no *caput* deste artigo.

Seção II

Da Articulação e da Redação das Leis

Art. 7º A articulação dos textos legais deverá atender aos seguinte princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, com numeração ordinal até o nono e cardinal a partir do seguinte;

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou incisos; os parágrafos, em itens, os incisos e itens, em alíneas;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico §, seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir do seguinte, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão “parágrafo único” por extenso;

IV - os incisos serão representados por algarismos romanos; os itens, por algarismos arábicos; e as alíneas, por letras minúsculas;

V - o agrupamento de artigos constituirá a Seção, que poderá desdobrar-se em Subseção; o de seções, o

Capítulo; o de capítulos, o Título; o de títulos, o Livro; e o de livros, a Parte;

VI - os capítulos, títulos, livros e partes serão grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos, podendo estas últimas desdobrar-se em Parte Geral e Parte Especial ou ser subdivididas em partes expressas em numeral ordinal, por extenso;

VII - as subseções e seções serão identificadas por algarismos romanos, grafadas em letras maiúsculas e postas em negrito ou caracteres que as coloquem em realce;

VIII - a composição prevista no inciso V deste artigo poderá também compreender agrupamentos em disposições preliminares, gerais, finais e as que não tiverem caráter permanente, que constituirão as disposições transitórias, com numeração própria.

Art. 8º As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica:

I - para obtenção de clareza:

a) - usar as palavras e expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;

b) - construir as orações na ordem direta, evitando o preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;

c) - buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;

d) - usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II - para obtenção de precisão:

a) - articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;

b) - expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;

c) - evitar o emprego de expressão ou palavra que possibilite duplo sentido ao texto;

d) - escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais;

e) - usar apenas siglas consagradas pelo uso, observando o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitações de seu significado;

f) - grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto;

g) - indicar, expressamente, o dispositivo objeto de remissão, preterindo o uso das expressões “anterior”, “seguintes” ou equivalentes;

III - para obtenção de ordem lógica:

a) - reunir sob as categorias de agregação - subseção, seção, capítulo, título e livro - apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei;

b) - restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;

c) - expressar através dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no “*caput*” do artigo e as exceções à regra por este estabelecida;

d) - promover as discriminações e enumerações por meio dos incisos, itens e alíneas.

Seção III

Da Alteração das Leis

Art. 9º A alteração da lei será feita:

I - mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;

II - mediante revogação parcial;

III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

a) - é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo, referidas no inciso V do artigo 7º, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos;

b) - é vedado o aproveitamento do número de dispositivos revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão “revogado”, “vetado”, ou “declarado inconstitucional”, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal;

c) - é admissível a reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo, identificando-se o artigo assim modificado por alteração de redação, supressão ou acréscimo com as letras “NR” maiúsculas, que significam “nova redação”, entre parênteses, uma única vez ao seu final, obedecidas, quando for o caso, as prescrições da alínea “b”, deste artigo.

Parágrafo Único. O termo “dispositivo” mencionado nesta lei complementar refere-se a artigos, parágrafos, incisos, itens e alíneas.

Capítulo III

Da Consolidação das Leis e Outros Atos Normativos

Seção I

Da Consolidação das Leis

Art. 10. As leis estaduais serão reunidas em codificações e consolidações, integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo a Consolidação da Legislação Paranaense.

§ 1º A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria em um único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

§ 2º Preservando-se o conteúdo normativo original dos dispositivos consolidados, poderão ser feitas as seguintes alterações nos projetos de lei de consolidação:

I - introdução de novas divisões do texto legal base;

II - diferente colocação e numeração dos artigos consolidados;

III - fusão de disposições repetitivas ou de valor normativo idêntico;

IV - atualização da denominação de órgãos e entidades da administração pública;

V - atualização de termos antiquados e modos de escrita ultrapassados;

VI - atualização do valor de penas pecuniárias, com base em indexação padrão;

VII - eliminação de ambigüidades decorrentes do mau uso do vernáculo;

VIII - homogeneização terminológica do texto;

IX - supressão de dispositivos declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal;

X - indicação de dispositivos não recepcionados pelas Constituições Federal ou Estadual;

XI - declaração expressa de revogação de dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores.

§ 3º As providências a que se referem os itens IX, X e XI do parágrafo 2º deste artigo deverão ser expressamente fundamentadas e justificadas, com indicação precisa das fontes de informação que lhes serviram de base.

Art. 11. Para a consolidação de que trata o artigo 10 serão observados os seguintes procedimentos:

I - o Poder Executivo ou Poder Legislativo procederá ao levantamento da legislação estadual em vigor e formulará projeto de lei de consolidação de normas que tratem da mesma matéria ou de assuntos a ela vinculados, com indicação precisa dos diplomas legais expressa ou implicitamente revogados;

II - a apreciação dos projetos de lei de consolidação pela Assembleia Legislativa dar-se-á em procedimento simplificado na forma prevista em seu Regimento Interno, visando à celeridade de sua tramitação;

III - a Mesa da Assembleia Legislativa adotará as medidas necessárias para, nos prazos previstos no artigo 199 do Regimento Interno, contado do recebimento dos textos de que tratam os incisos I e II deste artigo, efetuar a primeira publicação da Consolidação da Legislação Paranaense.

§ 1º Qualquer Deputado da Assembleia Legislativa poderá formular projeto de lei de consolidação.

§ 2º Observado o disposto no inciso XI do artigo 10, será também admitido projeto de lei de consolidação destinado exclusivamente à:

I - declaração de revogação de leis e dispositivos implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada;

II - inclusão de dispositivos ou diplomas esparsos em leis preexistentes, revogando-se as disposições assim

consolidadas nos mesmos termos do parágrafo 1º do artigo 10.

Art. 12. Na primeira sessão legislativa da cada legislatura, a Mesa da Assembleia promoverá a atualização da Consolidação das Leis Estaduais Paranaenses incorporando às coletâneas que a integram as emendas constitucionais, leis, decretos legislativos e resoluções promulgadas durante a legislatura imediatamente anterior, ordenados e indexados sistematicamente.

Parágrafo Único. A Assembleia Legislativa promoverá a publicação das edições da Consolidação da Legislação Paranaense e suas atualizações, bem como manterá disponível pela "Internet", e atualizada, toda a legislação estadual.

Seção II

Da Consolidação de Outros Atos Normativos

Art. 13. As Secretarias de Estado e as entidades da administração indireta que lhes são vinculadas adotarão, em prazo estabelecido em decreto, as providências necessárias para, observado no que couber o disposto no artigo 11, proceder ao exame e à consolidação dos decretos de conteúdo normativo e atos normativos inferiores em vigor, vinculados às respectivas áreas de competência, remetendo os textos consolidados ao Governador do Estado, que os examinará e reunirá em coletânea, para posterior publicação.

Art. 14. Até 180 (cento e oitenta) dias do início de cada mandato, o Chefe do Poder Executivo promoverá a atualização das coletâneas a que se refere o artigo anterior, incorporando aos textos que as integram os decretos e atos de conteúdo normativo e geral editados no quadriênio anterior.

Capítulo IV

Disposições Finais

Art. 15. Eventual inexistência formal de norma elaborada mediante processo legislativo regular não constitui escusa válida para o seu descumprimento.

Art. 16. Esta lei complementar entrará em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Esta, sem sombra de dúvidas, é uma das mais importantes leis necessárias do compêndio normativo do Estado do Paraná pois regulamentará todo o processo legislativo para redação, alteração e principalmente para a consolidação das leis na forma determinada pelo parágrafo único, do artigo 63, de nossa Constituição Estadual.

Esta iniciativa busca a uniformidade nas ações legislativas, a fim de garantir forma e conteúdo regular na elaboração normativa no Paraná.

A Consolidação consiste na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria em um único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

A Lei Complementar à Constituição Federal de nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001, dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição Federal e serviu de base para que todos os Estados da Federação pudessem também normatizar suas ações em seus âmbitos territoriais.

Importante salientar aos nobres Pares desta Casa de Leis o que, preservando-se o conteúdo normativo original dos dispositivos consolidados, poderão ser alterado nos projetos de lei de consolidação:

- * Introdução de novas divisões do texto legal base;
- * diferente colocação e numeração dos artigos consolidados;
- * fusão de disposições repetitivas ou de valor normativo idêntico;
- * atualização da denominação de órgãos e entidades da administração pública;
- * atualização de termos antiquados e modos de escrita ultrapassados;
- * atualização do valor de penas pecuniárias, com base em indexação padrão;
- * eliminação de ambigüidades decorrentes do mau uso do vernáculo;
- * homogeneização terminológica do texto;
- * supressão de dispositivos declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, observada no que couber, a suspensão pela Câmara Municipal de Vereadores de execução de dispositivos, na forma das disposições da Lei Orgânica Municipal;
- * indicação de dispositivos não recepcionados pela Constituição Federal;
- * declaração expressa de revogação de dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores;
- * também será admitido projeto de lei de consolidação destinado exclusivamente à: declaração de revogação de leis e dispositivo implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontra-se completamente prejudicada;
- * inclusão de dispositivos ou diplomas esparsos em leis preexistentes, revogando-se as disposições assim consolidadas.

A consolidação visa, principalmente, atualizar, organizar e racionalizar a legislação, eliminando a duplicidade de normas, corrigindo contradições, suprimindo dispositivos declarados pelo STF como inconstitucionais, revogando formalmente dispositivos implicitamente já revogados, atualizando termos, denominações, siglas, etc.

A consolidação produz, ainda, resultados positivos em relação à redução da quantidade das leis em vigor, facilitando o trabalho legislativo de divulgação, acesso, pesquisa, operação, manutenção e controle da legislação e demais atos normativos municipais.

Da mesma forma, a população é beneficiada pela maior facilidade de acesso, consulta, conhecimento e compreensão da legislação Estadual e Municipal consolidada, pois certamente esta proposta de Lei Complementar atingirá e dará substância para que consolidações sejam feitas no âmbito dos municípios do Paraná.

Em sendo assim, conclamo a todos os nobres Deputados Estaduais componentes desta Assembléia Legislativa e a todas as Comissões Temáticas Permanentes integrantes do processo legislativo desta Assembléia, a procederem o devido exame da proposta que ora apresentamos, colaborando com idéias, procurando depurá-la, pois toda a legislação já feita no Paraná e a que será feita a partir da edição desta Lei Complementar, seguirá os ditames aqui impostos, tornando-se base e instrumento para a elaboração normativa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero saudar o primeiro campeonato brasileiro conquistado por um time paranaense, que aconteceu no dia de ontem, na área do handebol masculino, da equipe londrinense da Unifil que acabou consagrando-se campeão brasileiro. Uma final emocionante que teve como palco o Colégio Londrinense, na cidade de Londrina, inclusive com transmissão em rede nacional de televisão.

Um título que muito honra o Estado do Paraná, principalmente a cidade de Londrina que ultimamente não se destacava nos campeonatos de quadra.

Queremos deixar registrado, através de um voto de congratulação, para todos os integrantes da comissão técnica da Unifil que, com certeza, merecem esse título. Começou perdendo e virou no final.

Foi extremamente importante para Londrina, porque o Paraná nunca tinha sido campeão nacional da Liga Handebol Masculino. Isso vai reforçar ainda mais o trabalho desenvolvido pelo Reitor Eleazar Ferreira e toda a comissão técnica que faz um trabalho muito digno e importantíssimo para o desenvolvimento do esporte paranaense.

Aproveitamos para cumprimentar todos aqueles que tiveram participação direta ou indireta nessa vitória.

Por outro lado também registramos, com uma ponta de mágoa até, o rebaixamento do Curitiba Futebol

Clube à segunda divisão do Campeonato Brasileiro do ano de 2006.

O grande “Coxa” que foi campeão brasileiro de 1985, vinte anos depois acaba caindo da primeira divisão, a divisão de elite do futebol brasileiro.

Sabemos quanto prestígio possui o Curitiba e todas as equipes que participaram desse campeonato, que é o mais longo disputado no mundo inteiro. O rebaixamento do Curitiba reduz a participação do Estado do Paraná para apenas duas equipes do futebol brasileiro, no ano de 2006.

Esperamos que seja apenas um ano e que o Curitiba possa voltar por cima e continuar representando, na principal divisão do futebol brasileiro, o nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Até parece um acidente, mas os rios de Curitiba estão literalmente mortos, justamente na cidade dita ecológica. Hoje pela manhã, tive a satisfação, juntamente com o Prefeito Beto Richa e também com o IAP e com órgãos do Governo do Estado, de participar de um resultado de uma limpeza no rio Tarumã. Sinceramente, esse é o momento que marca o início, talvez, da recuperação dos rios de Curitiba.

Tenho uma preocupação muito especial com o rio Iguaçu, pelo grande índice de invasões; pessoas que acabam vivendo com um manancial freático altamente poluído e que contribui e muito com a falta de saúde das nossas crianças. Então, acho que devemos nos empenhar nesse mutirão - Governo do Estado, Prefeitura de Curitiba e cidadão - para recuperar os rios de Curitiba e para voltarmos, naturalmente, àquilo que é normal, porque se recebemos a natureza da maneira como recebemos, devemos deixá-la a nossos filhos, nossos netos, no mínimo, na condição igual àquela que recebemos.

Srs. Deputados, dizia hoje, no meu pronunciamento, que a região metropolitana de Curitiba já recebeu mais de trezentos milhões de reais por conta da Lei do ICMS Ecológico e que o Paraná recebeu mais de 1,5 bilhão de reais. Em 92, quando foi aprovada por esta Casa essa lei, tínhamos 52 municípios que possuíam áreas de preservação ambiental; hoje temos 226.

O IBGE fez uma pesquisa, este ano, e constatou que a lei que mais investe em meio ambiente no país é a Lei do ICMS Ecológico, isso porque doze estados da Federação a copiaram. O meio ambiente há de ser uma preocupação coletiva. Esses descasos que vemos, nas mais diferentes regiões deste país, estão causando grandes problemas de saúde para o mundo inteiro e, certamente, queremos ser diferentes.

O Paraná já é diferente, o Paraná compensa aqueles municípios que têm uma área de preservação ambiental criada por Lei Federal, Estadual ou Municipal. Quem compensa, quem paga essa conta são os municípios, porque eles dividem um bolo de 25% da receita do ICMS do Estado e, agora, naturalmente, 5% estão a cargo dos municípios que têm áreas de preservação ambiental. Portanto, os municípios industrializados, que não têm as áreas de preservação ambiental, passaram a cortar um bolo de 20% e os municípios ecológicos passaram a receber uma importância muito significativa, como é o caso de Piraquara, que recebe em torno de oitocentos mil reais por mês, ou seja, trinta mil reais por dia, para cuidar dos nossos mananciais.

Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Pinhais, São José dos Pinhais, Tamandaré, Campo Largo, Campo Magro já receberam este ano, três milhões e duzentos mil reais para cuidar, e não deixar que as invasões aconteçam. A Secretaria do Meio Ambiente tem o poder para diminuir ou aumentar o índice da receita do município, desde que eles cuidem e apliquem com rigor esse dinheiro.

Sras. e Srs. Deputados: estamos entusiasmados, porque vimos que com a eleição do Prefeito Beto Richa em Curitiba, a questão dos rios está sendo tratada como deveria estar no Brasil inteiro. Lamentar e lembrar uma coisa: Quitandinha quer coletar o lixo de cinco municípios da região. Por que será que ela quer coletar o lixo de cinco, se cada um poderia resolver o seu problema?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O tempo de V. Exa. está esgotado. Consulto se V. Exa. usará o Horário da Liderança de seu Partido.

(**Declina**)

Concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

Deputado José Maria Ferreira (PMDB)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Primeiro, quero me associar às palavras do Deputado Barbosa Neto, com relação ao time de handebol de Londrina, que trouxe uma grande vitória para o Paraná, demonstrando que também no interior temos e teremos condições de ter uma equipe firme e vibrante e que possa disputar com igualdade com os demais times do resto do Brasil. Parabéns à Unifil que patrocinou o handebol nesse último domingo e sagrou-se campeão brasileiro.

Sr. Presidente, uso desta tribuna para apresentar um requerimento a este Plenário, do editorial da Folha de Londrina, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, em que traz como título: “Em Busca da Transparência Tributária”.

Ontem, a Folha de Londrina, com clareza e objetividade trouxe e brindou os seus leitores com um artigo que trata da busca da transparência, relatando o trabalho

do Presidente da Associação Comercial de São Paulo, o ex-Deputado Guilherme Afif Domingues, que busca a coleta de um milhão e meio de assinaturas, para apresentar um trabalho à Câmara Federal, que busca esclarecer o cidadão e a cidadã, trazer as questões tributárias e da arrecadação à cidadania, para nós, outros, brasileiros.

Pagamos um imposto absurdo e temos uma carga tributária insuportável - uma das maiores do mundo - e recebemos em troca um dos piores serviços públicos na educação, saúde, segurança e na busca de novas tecnologias. Enfim, o Estado Brasileiro não tem cumprido com o o propósito da sua criação. Entretanto, é voraz na taxa-ção, na cobrança e na arrecadação de impostos.

Hoje, é citado um exemplo, de que 50% que se depende para a construção de uma casa popular, Deputada Elza, é fruto de carga tributária. Evidentemente, não conseguimos alavancar um país, uma economia, fazer com que se gerem novos empregos e se criem novas oportunidades, acolher em um processo de inclusão de desenvolvimento econômico e social, parcela da nossa população, se efetivamente não temos condições de crescer.

O que inibe e torna um processo de ancoragem do crescimento do país, em grande parte é a cobrança dos impostos, é a carga tributária excessiva, que o ex-Deputado Guilherme Afif Domingues busca fazer. Isto, com certeza, é o primeiro passo, porque se não temos consciência do que pagamos de impostos, vamos achar e entender que os governantes são bons, porque não temos um parâmetro para avaliá-los e entender que recebem demais para manter uma máquina - às vezes e não poucas - corrupta, sem capacidade de dar resposta aos desejos e anseios da nossa comunidade.

Por essa razão, Sr. Presidente, solicito à Mesa, através deste requerimento, a inclusão nos Anais desta Casa do Editorial da Folha de Londrina, datado de 04 de dezembro de 2005, sob o título "*Em Busca da Transparência Tributária*", que tenho certeza, é muito mais um aprendizado de cidadania que estaremos exercendo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Na quinta-feira fui à cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e a pedido do Presidente desta Casa, Deputado Hermas Brandão, visitei a Assembléia Legislativa para copiar uma lei que diz respeito ao IPVA, que os gaúchos já vêm executando há mais de cinco anos na terra farroupilha, e com muito sucesso. É uma lei que estabeleceu que todo proprietário de veículo que não cometer inflação de trânsito durante o ano, tenha um des-

conto no IPVA. No primeiro ano, sem multas e sem nenhum atropelo de trânsito, o proprietário tem um desconto de 10%; no segundo, 15%; e no terceiro, 20% de desconto.

E me deu a honra o Presidente da Assembléia do Paraná, de subscrever com ele o projeto de lei para que tenhamos aqui no Estado também aquilo que já é sucesso entre o povo gaúcho. Se diminuiu muito a arrecadação, diminuíram muito as infrações de trânsito naquela terra. Acho que é isso que interessa à sociedade organizada, ao povo, e é isso que interessa aos representantes do povo.

Estamos então apresentando hoje este projeto, que está para ser lido e encaminhado às Comissões, que visa exatamente a mesma coisa que foi feita há seis anos atrás e que há cinco já vigora na terra farroupilha.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este projeto institui o desconto de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, aos contribuintes que não tenham cometido infrações de trânsito e dá outras providências. A justificativa é essa que acabamos de fazer.

Mas, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, há pouco falava com o Deputado Miltinho Pupio sobre uma questão que envolve o ex-Prefeito de Novo Itacolomi, lá na Comarca de Apucarana. Não quero ser repetitivo, mas sou obrigado a continuar na trincheira dando as informações e comunicando a esta Casa o que vem ocorrendo naquela cidade.

O Promotor - que não é o que brigou comigo no saguão do hotel, aí já é outro, lá da Comarca, Dr. Márcio Pinheiro Dantas Motta - que veio do Rio de Janeiro e trouxe para a cidade de Apucarana algum desconforto com relação a uma investigação que vinha fazendo e arquivou, contra um advogado de nome Rodrigo Gonçalves Portella. Esse advogado também veio do Rio de Janeiro. Não sabemos se é colega de turma do Promotor, se é amigo da família, mas desembarcou na Comarca de Apucarana.

Esse advogado, foi nomeado agora no começo do ano, em cargo em comissão de dois municípios na Comarca de Apucarana: o município de Cambira e o município de Novo Itacolomi, conforme as publicações oficiais assinadas pelos Prefeitos José Decínio, de Cambira, e o Moacir Andreolla, de Novo Itacolomi. O advogado está em acúmulo de cargo, pois ele não pode exercer cargo em comissão em dois municípios. O Promotor, no começo do ano, recebeu uma denúncia. Ao invés de tomar as providências no sentido de abrir um procedimento condenando isso, ele simplesmente arquivou o pedido. E agora, estamos com um requerimento ao Ministério Público Estadual, à Procuradoria, para que ela mande fazer a investigação e punir, não só o advogado, como o Promotor que deixou de atender a uma denúncia, por simples capricho, arquivando-a, o que é crime de prevaricação.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eram essas as nossas considerações.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Passamos ao Horário da Liderança: PP; PSB; PTB/PL/PMR; PPS.

(**Declinam**)

PDT. Com a palavra Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero fazer o registro, na tarde de hoje, de uma atitude louvável feita pelo Sr. Luiz da Silva, 49 anos de idade, morador no Conjunto Maria Cecília, na região conhecida como Cinco Conjuntos, na zona norte da cidade de Londrina. Esse porteiro, que trabalha no município de Cambé, encontrou uma maleta que foi esquecida dentro de um carrinho de supermercado com seis mil reais dentro, além de recibos de veículos assinados, sem preenchimento e outras pequenas miudezas. O Sr. Luiz da Silva não titubeou um momento sequer e devolveu os seis mil reais para o legítimo proprietário, após contato feito por telefone.

Faço questão de registrar, neste momento em que há uma crise de identidade do brasileiro, um ato de caráter, de bondade e de seriedade, acima de tudo como o desse humilde porteiro que recebe cerca de 500 reais mensais e que poderia ficar com esse dinheiro, só devolver os documentos, como a maioria das pessoas faz. Mas não, um valor de doze vezes de seu salário ele diz o seguinte: “Em nenhum momento pensei em pegar o dinheiro para mim; prefiro dormir tranquilo e ter a minha consciência em paz”.

Esse pai de dois filhos, eu repito, recebe 500 reais por mês, mesmo podendo ter um ano de trabalho com o valor que ele achou, mas, como não era dele, fez questão de devolver. Ficou com 50 reais apenas que foi a recompensa dada pelo dono dos 6 mil, poderia ter dado mil, poderia ter dado pelo menos 500 reais, mas não, deu apenas 100 reais que ele dividiu com a recepcionista que o ajudou a ligar para encontrar o verdadeiro, o legítimo dono do dinheiro.

Essa atitude fazemos questão de registrar na data de hoje porque nos faz lembrar da frase atribuída ao grande Ruy Barbosa que dizia: “Chegará o dia em que o homem terá vergonha de ser honesto,” e, lamentavelmente, parece que nós estamos chegando neste tempo.

Gostaria também de fazer um link com esta colocação porque neste dia 6 de dezembro faz 29 anos que o Brasil perdeu João Belchior Marques Goulart. Gaúcho de São Borja, foi Ministro do Trabalho no último governo de Getúlio Vargas, Vice-Presidente de Jânio Quadros, Vice-Presidente também de JK e que, sem dúvida nenhuma, deixa-nos muitas saudades.

Nós queremos registrar, enquanto Líder do PDT, a lembrança pelos 29 anos da morte do nosso grande Jango que teve a coragem de dar um aumento de 100% do salário-mínimo, que foi o primeiro a propor as reformas de base e que foi taxado de comunista, de querer criar uma república sindicalista. Ameaçaram inclusive um golpe de Estado, ameaça de sabotagem no avião que o trazia da China para cá. Ele conseguiu fazer a transição para que o Brasil voltasse inclusive ao presidencialismo, já que ele seria uma ameaça aos interesses dos conservadores da época. Que fique o registro também desse grande trabalhista, desse homem que teve uma vida ilibada, de retidão e probidade, que carece muito na política que nós vivemos atualmente, 20 anos de passamento de Jango que faleceu em La Vedia, perto de Mercedes, na Argentina, no dia 6 de dezembro de 1976.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última sexta-feira tivemos uma reunião na Câmara Municipal de Londrina em que especialistas da questão ambiental estiveram discutindo os efeitos da construção de uma usina hidrelétrica no rio Tibagi. Tivemos a presença do Procurador do Ministério Público Federal, João Akira Omoto que reforçou inclusive as teses que estamos levantando aqui, desta tribuna, já há algum tempo.

Queremos deixar, mais uma vez, registrada a nossa preocupação e também já alertar: O Governo do Estado vai sofrer uma nova ação por parte do Ministério Público Federal se fizer a diminuição do nível da barragem que está prestes a ser construída no rio Tibagi, porque não adianta dizer que diminuindo a altura da barragem vai minimizar o impacto ambiental. Sabemos que os impactos são muito grandes: se baixar o nível da barragem aumenta a pressão sobre ela com sério risco de rompimento e aí a emenda vai ficar pior que o soneto.

Concedo aparte ao Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Concordo com todos os movimentos que faça a sociedade paranaense no tocante ao questionamento de como vamos estabelecer as nossas bases de matrizes energéticas, se vamos conseguir a eólica ou a hidráulica. Entretanto, um órgão de imprensa da importância da Folha de Londrina devia ter feito esse convívio mais extensivamente. Não fui convidado, na condição de coordenador desta Casa, das instalações da barragem. Gostaria imensamente de ser convidado. A Deputada Elza Correia está me dizendo que também não foi convidada. Um órgão de imprensa que quer discutir um assunto tão importante quanto esse faz uma restrição a Deputados. Entendo que deveria ser muito mais aberto para que pudéssemos usufruir melhor das idéias, da opinião de cada um. Aqui, só registro. Usei da tribuna para elogiar a Folha de Londrina através do seu editorial, e neste momento faço a restrição pela restrição que fez na comunicação e no convite aos Srs. Deputados. E tenho certeza que o Deputado Durval Amaral também não foi convidado.

Muito obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Obrigado Deputado. Eu me referia até à reunião que foi realizada na Câmara Municipal. Essa discussão que foi realizada no Sindicato Rural de Londrina na última quarta-feira também não tinha conhecimento, fui avisado às pressas, fui lá sem ser convidado, quando lá estava o Secretário Luiz Eduardo Scheida e outros representantes desse setor, foi um canal aberto especificamente da Folha de Londrina, que não convidou nenhum de nós Deputados.

Também me somo ao Sr. Deputado nesse seu pronunciamento.

O Sr. André Vargas (PT)

Também não fui convidado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário do PT concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos ter agora, na quarta-feira, uma manifestação feita a partir das nove horas da manhã, em frente à Secretaria da Educação, porque há uma situação hoje com os professores e com os funcionários de escola, que me parece deva ser, já coloquei aqui outras vezes, discutida com mais profundidade. Até porque se assim não o for, estaremos cometendo uma injustiça muito grande com milhares de professores e funcionários de escolas que serão exonerados a partir do final deste ano.

Deputado Dobrandino, sabemos que o Governo do Estado do Paraná, a partir desta gestão, fez uma série de concursos públicos para substituir os funcionários que haviam sido contratados não por concurso público diretamente, substituí-los e colocar em seus lugares os funcionários contratados. Entretanto, teremos agora, a partir deste mês, a dispensa de alguns milhares de funcionários da Secretaria da Educação, o que acarretará, sem dúvida nenhuma, um grande problema. Por quê? Porque alguns desses funcionários estão trabalhando desde 1992, quando do primeiro Governo do Sr. Roberto Requião. Naquela ocasião, o Governador fez a contratação via concurso por CLT e os celetistas que hoje estão sendo dispensados, são os mesmos que em alguns casos, estão nas escolas, escolas há doze, treze, quatorze anos e dizia hoje o professor Lemos que alguns estão dois, três meses para se aposentarem e serão exonerados neste mês, para que alguns casos sejam recontratados em fevereiro.

O que é mais interessante, Deputados Dobrandino e Ângelo Vanhoni, o senhor que foi Presidente da Comissão de Educação aqui na Assembleia Legislativa, é que temos essa mesma situação com funcionários contratados celetistas também na Secretaria da Agricultura, no IAP, também nos outros órgãos, mas os que estão sendo exonerados são aqueles ligados à área da educação. São funcionários que, por sua exoneração, deverão acrescer aos cofres públicos cerca de três milhões de reais por mês, no ano que vem. Isso, se não houvesse a contratação dos novos. Como haverão novas contratações necessariamente a partir de fevereiro, o que é que se está propondo? Primeiro, que se abra um canal de negociação com o Secretário Maurício Requião, que sempre foi uma pessoa que ouviu a APP, sempre ouviu os professores. Durante dois anos, tivemos inúmeras reuniões na Comissão de Educação com o Secretário Maurício Requião e agora, temos uma situação inusitada.

Temos hoje cerca de quinhentos professores que foram eleitos como diretores de escola e que poderão ser exonerados a partir deste mês, porque são professores celetistas. Ora, é no mínimo, uma situação que gera uma contra-senso, porque esses professores e funcionários poderão vir a ser contratados, claro que numa situação rebaixada, porque não receberão décimo terceiro salário, não receberão férias, não receberão proporcionalmente, inclusive indenização, porque o contrato diz. A Procuradoria e, obviamente o Sr. Governador corrobora com essa tese, o contrato é nulo, uma vez que ele foi feito para vigorar durante dois anos. Acontece que isso em 92, fez dois anos em 94, ficou durante oito anos com o Governo Lerner, está durante esses três anos com o Governador Requião e agora, por conta dessa decisão, é um contrato que se, de nulo valor, será feita a exoneração e esses trabalhadores, como eu falei, voltarão a partir do ano que vem. Parece um contra-senso.

Por que me parece um contra-senso? Porque é possível que essas pessoas saiam em férias daqui a uma semana, voltem a partir de fevereiro, quando serão feitas novamente as dotações dentro das escolas e as aulas serão retomadas e cada professor já contratado, irá ter um tanto de horas, a partir do momento em que os professores tiverem as suas grades estabelecidas. Poderemos, aí sim, se houver excesso, cortá-los, se não houver, fazer as adequações com esses mesmos professores.

Eu não entendo exatamente o porquê de se fazer a exoneração agora, a não ser por razões econômicas, se em fevereiro terá que recontratá-los! Mais ainda, se esses professores que forem eleitos diretores de escolas não foram recontratados, essas escolas ficarão sem direção. São cerca de quinhentas escolas, ou seja, 25% do total de escolas estaduais. Parece-me que alguma coisa não está sendo ouvida da forma como o bom senso recomenda.

Acredito que vamos ter, no ano que vem, novas escolas.

Já não temos mais professores concursados para assumir as disciplinas de Matemática, História, Geogra-

fia, Português, de Educação Artística. É preciso que haja um novo concurso.

Então, não há sentido do ponto de vista lógico, apesar de entender toda a argumentação jurídica feita pela Procuradoria Geral do Estado, em se exonerar uma pessoa que está na escola, e recontratá-la sessenta dias depois. Não há sentido quinhentas escolas ficarem sem diretores, para mais à frente, uma nova eleição, que me parece não viável, porque a lei que votamos aqui não prevê quando da vacância do cargo, eleições complementares.

Gostaria de fazer um apelo ao Líder do Governo e obviamente a todos os Deputados, àqueles que têm uma relação próxima com o Secretário Maurício Requião, para que pudéssemos abrir esse debate, que ele não ficasse centrado exclusivamente na ótica econômica. Porque se ele ficar, obviamente que pode ter algum resultado imediato, mas acho que traz um transtorno, uma dificuldade adicional ao Governo, aos professores e principalmente aos alunos, que levaremos alguns meses para superar.

Esse é o apelo feito pelos professores e diretores de escola. Obviamente é o apelo feito para que nós, que sempre tivemos uma relação de diálogo com o Secretário e com o Governador, repensemos esse processo. Gostaria que fossem averiguados caso a caso. Se houver alguma situação de funcionários que têm dois ou três meses para requerer aposentadoria, que não sejam penalizados. É claro que todos nós defendemos o concurso público e vem sendo feito. É preciso que se reconheça que vem sendo feito. Mas, é claro que o Governo sabe qual é a metodologia que é adotada, sempre no início do ano letivo. Todos aqueles que requerem as suas aulas sempre faltam professores. E para que não se repitam casos como os que tivemos nas universidades estaduais no Governo Jaime Lerner, devemos repensar o processo. Em fevereiro, aqueles que porventura forem considerados excesso dentro do quadro, sem que precisem ser recontraçados, que sejam, dentro da lógica do governo, exonerados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

PMDB, Deputada Elza Correia.

Liderança do PMDB: Deputada Elza Correia

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras. Eu entendo a preocupação do Deputado Tadeu Veneri, e tenho conversando sistematicamente com o Secretário da Educação e, também, com o professor Lemos, da APP. Nós temos participado de vários eventos juntos. Eu, sempre representando a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Portanto, algumas coisas que foram colocadas, não posso concordar.

Uma, é que o canal de negociação esteja obstruído ou fechado. Não está! Estamos aguardando apenas o agendamento na Secretaria da Educação para irmos conversar sobre as reivindicações entregues no ano passado ou começo deste ano ao Governo, da categoria. Algumas coisas andaram, outras estamos sem a resposta e vamos para essa reunião para discutirmos aquela pauta. Em nenhum momento o Secretário da Educação disse que nós não seríamos recebidos. Foi mais por conta da minha agenda, do que a da Secretaria que essa reunião não aconteceu até agora. A Secretaria da Educação sempre manteve e manterá um canal aberto com a APP para as várias discussões relativas ao interesse da categoria.

Então, não cabe a colocação de obstrução, de dificuldade, acho que não é bem assim. O canal esteve, está, estará aberto aos professores, principalmente ao presidente da APP, para discussões de interesse da categoria.

Em relação ao concurso que foi feito em 2003 e com vagas em edital para dezesseis mil professores, eram as vagas do edital, o Governo ampliou essas vagas e contratou mais sete mil. Portanto, foram 23 mil professores contratados para essa vaga inicial de dezesseis mil. Qual é a política da Secretaria da Educação? Concurso anualmente que eu, particularmente, como professora, acho que é o correto, porque propicia a um número maior de professores participar do concurso. Eventualmente eles poderiam inclusive prorrogar esses concursos por dois anos, mas não foi o entendimento da Secretaria.

Portanto, não podemos colocar “goela abaixo” achando que eles têm que ampliar por dois anos. É uma política da Secretaria. Ela fará um esforço concentrado para que haja concurso público de dois em dois anos. Há uma preocupação com algumas matérias, que colocaremos na nossa pauta, pauta construída junto com a APP, para discutirmos com o Secretário da Educação sobre como seriam distribuídas essas aulas que, segundo a APP, não houve concurso.

Eu estava tentando entrar em contato com a Secretaria da Educação, porque quero exatamente saber sobre essa questão da exoneração, mas fui chamada ao plenário e não concluí a conversa.

O que me consta é o seguinte: passaram professores no concurso público. Aqueles que não passaram serão substituídos pelos aprovados. Isso para mim é natural. Passou no concurso, entra; não passou, sai. Essa questão não será dentro de uma ruptura como o professor Lemos está trazendo (todos serão demitidos). A garantia que temos da Secretaria é que esses professores serão chamados para substituir, gradativamente. Essa sim, é uma tendência, porque o que nós estamos sabendo e o professor Lemos já me mostrou faz de professores dizendo que já estão sendo demitidos. Essa é uma tendência que nós vamos conversar lá na Secretaria. Tentei sondar se havia alguma resposta e não consegui terminar a ligação. Quando colocam que quinhentos diretores de escola perderiam seu direito, primeiro que não sei se são quinhentos

tos, porque no meio desses deve ter professores concursados que foram eleitos.

Eu não tenho o número aqui, mas não posso crer que todos os candidatos a diretores de escola eram celetistas. Não é possível! Tem alguma coisa errada aí! Então, vou querer saber direitinho para trazer um contraponto em relação a esta questão.

Entendemos que os dirigentes da Secretaria da Educação não haveriam de ser irresponsáveis e sem um planejamento, prejudicar substancialmente as escolas, os professores, porque o que tenho visto é exatamente o contrário. Há uma preocupação do Governo em garantir melhores estruturas, reformas e construções de escolas, investimentos na carreira dos professores. É isto o que tenho visto.

Portanto, acho que não dá para colocarmos a Secretaria como irresponsável em criar esse transtorno enorme no Estado, porque ela seria penalizada por isso, e eu, como Presidente da Comissão de Educação, seria a primeira a cobrar.

Portanto, acho que há alguma confusão e na próxima Sessão, amanhã, trarei maiores esclarecimentos. E se for exatamente isso o que foi colocado aqui, aí nós estaremos juntos, no mesmo barco. Mas, preciso verificar, porque tenho dúvidas, quinhentos professores que foram eleitos, estariam sem seus cargos, que teria este rombo todo no Estado, porque então a Secretaria estaria sendo profundamente irresponsável.

O Sr. Tadeu Veneri (PT) (Aparte)

Muito obrigado, Deputada Elza Correia.

Apenas para esclarecer: não seriam todos os diretores de escola que estariam entre os quinhentos.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Melhor assim.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Porque são duas mil escolas, Deputada! Das duas mil, cerca de quinhentos professores que foram eleitos são celetistas. Estes são os dados que a APP passou. Então, são quinhentos.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Vamos verificar.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Segundo, em nenhum momento falamos em colocar “goela abaixo”. Pelo menos quando eu falei. Estamos buscando fazer este debate, porque a verdade é que sabemos que há uma pauta permanente a ser discutida. E a APP tem procurado fazer esta pauta. Eu não sabia que a senhora estava sem a agenda, mas a Comissão de Educação, em nenhum momento foi chamada - pelo menos que eu saiba - neste ano; e os outros Deputados que fazem parte da Comissão, o Deputado Barbosa, por exemplo, nenhuma vez foi chamado na Secretaria para negociar

nada. Absolutamente nada. Então, se não havia agenda da sua parte, perdoe-me, mas há uma falha. Porque nós somos em oito Deputados.

Por último, para não lhe tomar o tempo todo, só quero reafirmar que em nenhum momento, se a senhora pegar a minha intervenção, há a palavra “irresponsável”. Eu não considero que a Secretaria seja irresponsável. Assim como acredito que a senhora obviamente não considera isto. E seria, de minha parte, leviano dizer que a Secretaria foi irresponsável. Agora, preocupa-me sim, se nós tivermos um processo, ainda como o Deputado Dobrandino colocou, toda uma intenção com o Ministério Público.

O que estamos pedindo? Vamos buscar fazer um processo de intermediação nos próximos dias, porque as aulas terminam daqui a uma semana. Se não fizermos isto, “Inês é morta”.

Muito obrigado, Deputada.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Na verdade, quando coloco agenda, é porque o professor Lemos tem pedido para que eu participe da reunião. Nada impede que o professor Lemos vá à Secretaria com outro Deputado.

Agora, lamento profundamente que V. Exa., fazendo parte da Comissão de Educação e tendo sido convocado inúmeras vezes, não tenha participado de nenhuma reunião.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Não é verdade!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

É verdade!

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Não é verdade! Desculpe, Deputada, mas não podemos ser falsos. A senhora não pode fazer este tipo de afirmação.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

É verdade! É verdade!

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Prove isto, Deputada! Prove isto!

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, quero que me seja garantida a palavra.

O senhor não está em aparte. V. Exa. não participa. V. Exa. vira as costas para a Comissão de Educação e...

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Quantos Deputados participam, Deputada?

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Preciso de um minuto para encerrar.

Queria dizer que o que é certo, é certo. Dizer que a Comissão de Educação não se reúne para tratar dessas questões, não vou deixar passar em branco! Temos feito sistemáticas reuniões e o Deputado Tadeu Veneri não participa! Agora vem jogar a culpa na Comissão! Alto lá! Tudo tem limite.

Queria, para encerrar, dizer do meu interesse, do meu compromisso, da minha responsabilidade enquanto presidente da Comissão de Educação, que sistematicamente tem convocado, insistido e tratado os sindicatos e o presidente da APP com o maior respeito e consideração. Agora, não dá pra ouvir só um lado e achar que não existe o outro.

Então, essa questão tem que ser esclarecida, e vamos - professor Lemos, que está aqui presente - continuar insistindo nessa reunião, o mais rápido possível, para que limpemos essa área em relação às demandas daquela proposta que o senhor entregou junto com esta Deputada e outros Deputados, lá no Palácio do Governo. Agora, existe, sim, um canal aberto, permanente, sistemático nesta Assembléia, na Comissão de Educação e no Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Liderança da Oposição.

(**Declina**)

Liderança do Governo.

(**Declina**)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 43 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini e Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3863, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se em viagem a Foz do Iguaçu/PR, para participar do 4º Encontro do Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos, Edição 2005/2006, nos dias 07 e 08 deste mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3865, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 630/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/2005, autorizando o mesmo a doar parte do imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, ao município de São Mateus do Sul. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Emenda da CCJ - Aprovada; Projeto - Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispondo sobre a divulgação, nos locais que especifica, dos crimes e das penas relativas à prostituição e à exploração sexual da criança ou do adolescente e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP E CDDMCA. COM EMENDA DA CF. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da Comissão de Finanças.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, obrigando a adoção de medidas de segurança que evitem, impeçam ou dificultem a troca ou rapto de recém-nascidos nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná, que possibilitem a posterior identificação através de exame de DNA, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP E CDDMCA. EM ANEXO

PROJETO DE LEI Nº 112/2005. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/2005, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 737/2005, dispondo sobre a tabela de nível de vencimento básico aplicável aos servidores do quadro efetivo do Tribunal de Justiça do Paraná, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 654/2005, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 738/2005, dispondo sobre a tabela de nível de proventos aplicável aos serventuários aposentados do Foro Extrajudicial do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 658/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, declarando de Utilidade Pública a Organização Beija-Flor, com sede e foro no município de Cambé. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 682/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Seção Palmital, com sede e foro no município de Assaí, no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 687/2005, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1975 GAB, alterando o artigo 2º, II, parágrafo 1º e o artigo 3º, II, da Lei nº 13.665 de 04 de julho de 2002, e reajusta a tabela de gratificação de função, os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 699/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/2005, alterando os valores do vencimento base a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 96, de 12 de setembro de 2002, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 700/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/2005, objetivando fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, em 20.312 (vinte mil, trezentos e doze) policiais militares, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da Comissão de Finanças.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 059/2005, objetivando majorar a remuneração policial-militar às patentes de Soldado de 1ª classe a 1º Tenente. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ.**

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Para Justificar)

Estamos votando esse projeto em 2ª discussão e é um projeto muito importante à classe da Polícia Militar.

Queremos lembrar que não ficou esse projeto da forma como deveria ficar. Aqueles que hoje ocupam a classe de 1º Tenente e aqueles que ficaram fora desse quadro, em alguns momentos deverão ser revistos. Porque temos uma distorção, onde os soldados ficaram muito próximos dos vencimentos dos tenentes.

Isso gera, numa corporação como a Polícia Militar, que fique defasada aquela legitimidade que havia entre os quadros, entre os percentuais, entre uma classe e outra.

Entendemos que para o Governo era o possível neste momento. Por isso votamos e aprovamos. Mas, entendemos que tão logo haja condições orçamentárias, seja revista essa situação, para que não tenhamos, dentro da corporação, aquilo que tivemos em determinado momento, com relação ao quadro de professores que, depois, tivemos que readequar ao longo do tempo, ou seja, que a defasagem entre uma classe e outra fique muito próxima e gere um problema sério.

Outro assunto que também dentro desta lei está contemplado e que nós, em princípio, queríamos até ver alterado, é a questão que diz que quando o policial militar se forma, para que ele receba a gratificação por título universitário há necessidade de verificação desse título pelo seu comandante, mas há necessidade também de haver uma homologação pelo Chefe do Poder Executivo.

Entendemos que isso é uma burocracia. Lógico que o Chefe do Comando tomar conhecimento, registrar isso na sua área de recursos humanos é natural; agora, isso vir para homologação do Chefe do Poder Executivo nos parece um excesso de burocracia.

Tenho certeza que neste Governo não teríamos problemas, mas não sei se em outros que possam advir, isso acabe ficando engavetado por anos e o direito daquele policial que tanto lutou para melhorar a sua for-

mação, que tanto lutou para valorizar-se profissionalmente, acabaria ficando fora de questão.

Então, fiz questão de apenas justificar o meu voto dizendo que, em momento nenhum, entendemos, junto com a corporação, que seria hora de discutir isso, porque sabemos que estamos no máximo que podemos fazer, mas que já para o ano que vem ou no outro ano teremos que estar, novamente, lutando por esses valores que acabaram ficando defasados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 719/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Federação Paranaense das Associações de Produtores Rurais - Fepar, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725//2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Associação Águia - Grupo de Proteção e Recuperação Ambiental, com sede e foro no município de Joaquim Távora. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 730/2005, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública o Grupo Esportivo e Recreativo Elo Unido, com sede na cidade de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 736/2005, de autoria do Deputado Durval Amaral, dispondo sobre questões relativas à administração tributária do ICMS (Prodepar). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Discussão Única (Proposições)

ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 080/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 111/2005, de autoria dos Deputados Padre Paulo Campos, Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv, André Vargas e Plauto Miró Guimarães, alterando o *caput* do artigo 2º e revoga o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, que assegura ao servidor público, eleito dirigente sindical, ainda que na condição de suplente ao cargo, na forma que especifica, e adota outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 142/2005

Curitiba, 17 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 186/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 111/2005, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994 e revogar o parágrafo único, do artigo 3º, da referida lei, dispositivos que asseguram aos servidores públicos estaduais direitos inerentes ao cargo, quando eleitos para dirigentes sindicais.

O veto ora apostado ao projeto de lei em causa, decorre da indiscutível inconstitucionalidade do mesmo porque, sendo ato pertinente ao regime jurídico do funcionalismo, cuja propositura não partiu do Poder Executivo, afronta o artigo 66, inciso II, da Carta Estadual, que confere ao Governador do Estado competência privativa para iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre *servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva.*

Além disso, caso a medida, tal como está posta, pudesse, por hipótese, ser adotada, implicaria num excessivo número de servidores dispensados das funções, fato que, sem qualquer dúvida, viria ensejar dificuldades para o desempenho dos órgãos atingidos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 111/2005, encontra-se publicado no DA nº 069/2005, em Redação Final, pág. 03).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 080/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 111/2005, de autoria dos Deputados Padre Paulo Campos, Tadeu Veneri, Pedro Ivo Ilkiv, André Vargas e Plauto Miró Guimarães, vetado pelo Governador do Estado, objetiva alterar o *caput* do artigo 2º e revoga o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, que trata de servidores públicos e eleição sindical.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Esta-

dual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Diante do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição-veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Carlos Simões, para que proceda à chamada dos Srs. Parlamentares.

Participo aos Srs. Deputados que haverá uma Sessão Extraordinária, hoje, logo após o término da presente Sessão.

Solicito a compreensão dos Srs. Parlamentares para que possamos fazer mais essa Sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)

(**Procede à chamada nominal para votação do Item 16**)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quarenta e dois Srs. Deputados votaram.

Peço aos nobres Deputados Ademir Bier e Miltinho Pupio para fazer a contagem dos votos, sob a fiscalização do Deputado Tadeu Veneri.

Votaram 42 Parlamentares.

Pela manutenção do veto, 25 votos.

Pela derrubada do veto, 17 votos.

Está mantido o veto do Sr. Governador.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 3841, de autoria do Sr. Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. **Prejudicado.**

V. Exa. tem que apresentar o requerimento amanhã, porque, conforme decisão desta Mesa Executiva, só no dia anterior à Sessão é que pode requerer o Grande Expediente. **Está prejudicado.**

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Sr. Presidente, tenho um projeto na Casa em regime de urgência e ele não vem para a pauta, que é exatamente aquele que prevê a proibição de repasse de recursos públicos a programas de rádio e donos de emissoras que detenham mandato eletivo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou mandar verificar em qual Comissão está o seu projeto, nobre Deputado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Está com a CCJ, com S. Exa., o Presidente Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao Deputado Durval Amaral para que coloque o projeto do Deputado Neivo Berardin, que está em regime de urgência, em votação naquela Comissão.

Requerimento nº 3849, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 3860, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 3840, 3842 a 3848, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3850, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimentos nºs 3851 e 3859, de autoria do Sr. Deputado Neivo Berardin, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 3853, 3857 e 3870, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3871, de autoria do Sr. Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 3854 a 3856, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3861, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3864, de autoria do Sr. Deputado Neivo Berardin, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa, por não haver provisão de recursos financeiros.**

Requerimento nº 3866, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3872, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 047/2003, 282, 561, 613, 635, 638, 640, 697, 718, 720 e 721/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 015, 075, 107 e 112/2005.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 099, 653, 654, 687, 700 e 701/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 047/2003; 282, 561, 635, 640, 697 e 721/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 629/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 009, 086, 101 e 103/2005.

Levanta-se a Sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ MARIA FERREIRA EM SESSÃO DO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2005.

“Em Busca da Transparência Tributária”

Folha de Londrina

A mobilização popular, intensa e persistente, é o caminho mais eficaz para implantar as reformas de que a nação necessita. Já que pouco fazem por via da consciência, os políticos tendem a ceder pela pressão, quando ela emana das massas e ganha amplitude nacional. Por isso tem importância a campanha em busca de transparência tributária que está sendo promovida pelo empresário Guilherme Afif Domingos, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo. Sua meta é recolher, até fevereiro, 1 milhão e 500 mil assinaturas para obter a violação de um projeto de lei estabelecendo o direito de o cidadão saber o que é imposto e o que é custo de produção em tudo o que adquire. Isto viria a obrigar a colocação clara, na nota fiscal, de quanto está sendo pago em imposto. Como exemplo, Afif cita os 50% que o mutuário paga de

encargos pela casa popular que compra, mas ele não sabe disso. Adicione-se a essa conta o extenso número de prestações, que praticamente nunca acaba. Efetivamente, a transparência irá criando no cidadão a consciência da excessiva carga tributária, assim motivando-o a recorrer aos seus direitos - o de não ser espoliado pelo poder público; outro, de obter um retorno mais substancial em forma de serviços de saúde, educação, segurança e justiça. Porque aquilo que ele recebe como aparentemente gratuito - e no mais dos casos de forma precária - na verdade não é de graça, já que paga, e caro, pela via de impostos sobre tudo o que adquire e consome. Consciente do quanto está recolhendo aos cofres públicos, o cidadão passará a exigir mais qualidade na contrapartida dos seus direitos.

De fato, como argumenta Afif, a transparência tributária precisa ser buscada, porque isto sempre foi obscuro no Brasil. Os governos não estão dando nada graciosamente, por isso as obras sociais anunciadas com alarde nos discursos governamentais não constituem nenhuma concessão, porque obrigatórias. A campanha do empresário paulista também apregoa o corte de gastos do Governo, que aumenta a dívida pública interna, fome de mais e mais impostos, até pelo descomunal tamanho dela próprias e dos juros correspondentes. O cidadão pensa-se democrata por usufruir de alguns direitos, mas não participa do processo de mudanças. É pródigo em lamentações mas faz isso isoladamente, e dessa forma seu clamor não tem ressonância. A proposta de Afif Domingos é apenas um passo - no momento o da coleta de assinaturas visando criar um dispositivo legal que faça o contribuinte abrir os olhos para o quanto paga de impostos. O passo seguinte será organizar-se e exigir a queda da pesada carga tributária e a emissão de nota fiscal em todas as compras e serviços, e clamar pública e organizadamente contra os gastos desnecessários e os abusivos benefícios de que se valem segmentos da máquina pública. Um longo caminho a percorrer, mas não existe outro meio. Só os movimentos populares organizados serão capazes de pôr fim ao arbítrio representado pela sangria tributária e pela farra pública com o dinheiro do povo. Se vivemos um regime governamental de baixa honestidade - e o ideal seria que não fosse assim - quem não participa das lutas por reformas perde o direito de reclamar.



DIÁRIO Nº 137**SUMÁRIO**

Mesa Executiva.....	27
Presenças.....	27
Abertura da Sessão	27
Expediente:	
Requerimentos.....	27
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
1ª Discussão	28
Discussão Única (Proposições) .	32
Encerramento da Sessão	35

008ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 008ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE DEZEMBRO DE 2005**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão secretariado pelos Srs. Deputados Elton Carlos Welter e Ailton Araújo.

Presenças:

Às dezesseis horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo

Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (43). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Antonio Anibelli, Chico Noroeste, Natálio Stica, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho e Waldir Leite (09); e em viagem representativa o Sr. Deputado Reni Pereira e a Sra. Deputada Cida Borghetti (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 3874

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para a discussão e votação da Proposição nº 107/2005, item 14 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 3873

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 12, 13 e 15 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 05.12.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 43 Srs. Deputados.

Antes solicitando aos Partidos PT, PMDB, PSDB, PFL, PDT para indicarem um membro para a PEC nº

115/2005 de autoria do Deputado Elton Carlos Welter sobre indenização a povos indígenas.

Discussão/Votação:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 13.571, de 22 de maio de 2002. (substituição frota oficial do Estado). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAICTM. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 047/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 13.571, de 22 de maio de 2002.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 047/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 13.571, de 22 de maio de 2002, que trata de substituição da frota oficial do Estado.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Isto posto, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 047/2003, quanto ao mérito, que objetiva proporcionar ao Governo possibilidade de melhor gerenciar seus programas de trabalho.

Sala das Comissões, em 27.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL
PROJETO DE LEI Nº 047/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, revoga a Lei nº 13.571, de 22 de maio de 2002, que trata de substituição da frota oficial do Estado.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Além disso, no aspecto constitucional, legal e regimental nada consta que possa impedir a normal tramitação da proposta, tão somente cabe ao Plenário, o exame do mérito da questão.

Conclusão

Isto posto, a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 047/2003.

Sala das Comissões, em 15.06.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Aprovado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, o senhor colocou em votação, mas gostaria de saber do que se trata. Está revogando uma lei.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Lei nº 13571 refere-se a: *qualquer aquisição ou substituição de unidades automotivas para uso oficial poderá ser realizada por veículos movidos a combustível renovável ou por veículos movidos a derivados de petróleo produzidos no Estado do Paraná.*

Isso há um impedimento ou você veta o Estado para comprar no melhor preço os veículos - porque há uma defesa de mercado nessa lei. Esta lei foi encaminhada no passado pelo Poder Executivo e realmente criou uma reserva de mercado.

Estamos revogando-a para abrir mercado para que o Estado possa adquirir onde for mais barato e de maior interesse ao Estado. É neste sentido que apresentamos esta lei.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispondo sobre a obrigatoriedade da publicação, nos jornais editados no Estado do Paraná, de advertência quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes, nas condições que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDD-MCA. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 043/2005, de 16/05/2005. em Projeto de Lei, pag. 19).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 282/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação nos jornais editados no Estado do Paraná, de advertência quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes, nas condições que especifica.

Quanto à competência legislativa, a iniciativa do ilustre Deputado não encontra óbice de caráter constitucional, nem de técnica legislativa. Porém, de acordo com o artigo 137 do Regimento Interno da Casa, faz-se necessário proceder alteração através de emenda modificativa.

Chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, constando a emenda modificativa anexa.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 282/2005

Art. 1º Os jornais editados no Estado do Paraná que publicam diariamente colunas de classificados com anúncios de acompanhantes, saunas, massagistas e profissionais do sexo, ficam obrigados a publicar, com recursos próprios e na mesma página dos anúncios, a seguinte advertência; “exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. Denuncie ligando para o nº

(...)

§ 2º O Governo do Estado do Paraná está autorizado a estabelecer um número de telefone para o atendimento à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Sala das Comissões, em 27.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO DE LEI Nº 282/2005

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação nos jornais editados no Estado do Paraná, de advertência quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes, nas condições que especifica, já teve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça com emenda modificativa.

No que concerne a esta Comissão, nosso parecer é favorável vez que é mais uma medida inibidora sobre a exploração sexual e seus efeitos nefastos.

Desta forma, opinamos por sua aprovação incluída a emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 27.08.2005.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente
RENATO GAÚCHO - Relator

Existe uma emenda da CCJ, mas vamos votar a constitucionalidade.

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 561/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declarando de Utilidade Pública a Associação Cultural de Negritude e Ação Popular - ACNAP, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2005, de 14/09/2005, em Projeto de Lei, pág. 13).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 561/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Negritude e Ação Popular - ACNP, com sede e foro no município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 613/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Braspol - Representação Central da Comunidade Brasileiro/Polonesa no Brasil, com sede e foro no município de Balsa Nova. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 107/2005, de 04/10/2005, em Projeto de Lei, pág. 11).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 613/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela pretende declarar de Utilidade Pública a Braspol - Representação Central da

Comunidade Brasileiro/Polonesa no Brasil, com sede e foro no município Balsa Nova-PR.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, porém, em desacordo com a técnica legislativa, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 613/2005

Passa o Projeto de Lei nº 613/2005 a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Braspol - Representação Central da Comunidade Brasileiro/Polonesa no Brasil, com sede no município de Balsa Nova e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 635/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declarando de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria de Nagasaki, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2005, de 17/10/2005, em Projeto de Lei, pag. 23).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 635/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela pretende declarar de Utilidade Pública a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria de Nagasaki, com sede e foro na cidade de Curitiba-PR.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declarando de Utilidade Pública a Instituição Seicho No Ie do Brasil, com sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2005, de 17/10/2005, em Projeto de Lei, pag. 24)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 638/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela pretende declarar de Utilidade Pública a Instituição Seicho No Ie do Brasil, com sede e foro na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, porém, em desacordo com a técnica legislativa, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 638/2005

Passa o Projeto de Lei nº 638/2005 a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Seicho No Ie, com sede e foro na cidade de São Paulo, e representação na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Delegado Bradock, Reni Pereira, Hermes Fonseca e Elton Carlos Welter.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 640/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, alterando a Lei nº 13.994, e 27 de janeiro de 2003, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Independência - Educação Infantil e Ensino Fundamental - APM, com sede em Boa Esperança e foro no município de Mamborê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

VEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2005, de 17/10/2005, em Projeto de Lei, pág. 25).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 640/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi tem como objetivo alterar o nome da associação já legalmente declarada de Utilidade Pública.

Constitucionalidade e Legalidade

Cabe ressaltar, preliminarmente, que a associação em questão continua de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, cumprindo requisitos para a declaração de Utilidade Pública. No entanto, o que pretende o projeto de lei em tela é declarar a mudança de norma da associação.

Assim sendo, esta análise técnica se aterá aos requisitos da mudança de nome da associação, que passará a chamar Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Municipal Independência - Educação Infantil e Ensino Fundamental - APMF, com sede em Boa Esperança e foro no município de Mamborê.

Neste contexto, este parecer é pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 697/2005, de autoria do Deputado Reni Pereira, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Centro Educacional Santa Terezinha de Itaipu - Cesti, com sede e foro na cidade de Santa Terezinha do Itaipu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/2005, de 09/11/2005, em Projeto de Lei, pág. 09)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 697/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela pretende declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Centro Educacional Santa Terezinha de Itaipu - Cesti, com sede e foro na cidade de Santa Terezinha do Itaipu.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, porém, em desacordo com a técnica legislativa, somos de parecer favorável na forma da

emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 697/2005

Passa o Projeto de Lei nº 697/2005 a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Centro Educacional Santa Terezinha de Itaipu - Cesti, com sede na cidade de Santa Terezinha do Itaipu e foro na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

Delegado Bradock, José Maria Ferreira, Reni Pereira, Hermes Fonseca e Elton Carlos Welter.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 718/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Rio Verde, com sede e foro jurídico na comarca de Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22/11/2005, em Projeto de Lei, pág. 27)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 718/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Rio Verde, com sede e foro jurídico na comarca de Laranjeiras do Sul-PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 720/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná - Ateapar, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22/11/2005, em Projeto de Lei, pág. 28)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 720/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela pretende declarar de Utilidade Pública a Associação dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná - Ateapar, com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 721/2005, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação Irmã Emanuele de Brito, com sede em Ampère e foro no município de Realeza. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22/11/2005, em Projeto de Lei, pág. 28)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 721/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela pretende declarar de Utilidade Pública a Associação Irmã Emanuele de Brito, com sede em Ampère e foro no município de Realeza, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
CARLOS SIMÕES - Relator

Requerimento nº 3873, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solici-

tando votação em bloco dos itens 12, 13 e 15 constantes na Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Sr. Presidente, pedi também que fosse encaminhado um requerimento para retirar de votação o item 14, por dez Sessões. Já houve precedentes.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já houve precedentes, mas nós anunciamos na última Sessão, quando foram colocados vetos, de que seria a última violação ao Regimento Interno da Casa, em termos de veto. Eu pediria a compreensão de V. Exa. e vamos votar.

V. Exa. é um Deputado compreensivo e vai aceitar a votação do referido projeto. Até solicito que V. Exa. peça destaque na votação do veto.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Peço destaque, então.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Transforme em requerimento.

O SR. DELEGADO BRADOCK (PMDB)

Vou transformar em requerimento, pedindo destaque.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 3874, de autoria do Deputado Delegado Bradock, com apoio dos Srs. Deputados Miltinho Pupio, Tadeu Veneri, Luiz Fernandes da Silva Litro e demais Srs. Deputados, constantes do expediente, solicitando preferência para a discussão e votação da Proposição nº 107/2005, item 14 da Ordem do Dia. **Aprovado.**

Posteriormente, votaremos os itens 12, 13 e 15.

Solicito ao 1º Secretário a chamada dos Srs. Deputados para votação do item 14.

Discussão Única (Proposição)

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 107/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 314/2005, de autoria do Deputado delegado Bradock, autorizando o Poder Executivo a implantar uma balsa no rio Tibagi na Estrada Velha do Limoeiro, entre o município de Londrina e Assaí. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 186/2005

Curitiba, 19 de outubro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 268/2005, dessa Presidência, e de levar ao conheci-

mento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 314/2005, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para implantação da referida medida e que, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 314/2005 encontra-se publicado no DA nº 048/2005, de 24/09/2005, em Projetos de Lei, pág. 16).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 107/2005

P A R E C E R :

Histórico

A Proposição nº 107/2005, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 314/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que visa autorizar o Poder Executivo a implantar balsas no rio Tibagi na Estrada Velha do Limoeiro, entre os municípios de Londrina e Assaí.

O projeto de lei foi vetado sob o argumento de que *é contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para a implantação da referida medida e que, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).*

Fundamentação

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. 1º SECRETÁRIO (Elton Carlos Welter)

(Faz chamada nominal dos Srs. Deputados)

Trinta e sete votantes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Trinta e sete Srs. Parlamentares votaram. Solicito aos Deputados Artagão e Durval e à Deputada Elza, para procederem ao escrutínio.

Dezenove Srs. Deputados se manifestaram pela derrubada do veto, e dezoito, pela manutenção do veto.

Está mantido o veto ao projeto de lei do Deputado Delegado Bradock.

Solicito ao Deputado Elton Carlos Welter que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para votarem em bloco os itens 12, 13 e 15.

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 357/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, isentando do pagamento do ICMS a aquisição de aeronaves destinadas ao uso exclusivo da agricultura. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 250/2005

Curitiba, 28 de dezembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 356/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 357/2004, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo isentar do pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aeronaves nacionais e importadas, que sejam destinadas a serviços de combate a incêndio e pulverização agrícola.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, porque fere o contido no artigo 155, parágrafo 2º, inciso XII, letra "g", da Magna Carta Federal, combinado com o contido no artigo 130, *in fine*, da Constituição Estadual, além de, pelo fato de ensejar renúncia de receita, conflitar com as disposições o artigo 14, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 357/2004 encontra-se publicado no DA nº 086/2004, em Projetos de Lei, pág. 06)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 15/2005**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 357/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo isentar do pagamento do ICMS a aquisição de aeronaves destinadas ao uso exclusivo da agricultura.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 075/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 130/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a incluir na malha rodoviária estadual, o trecho que liga a sede urbana de Bom Sucesso do Sul à PR-566. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 136/2005

Curitiba, 10 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 171/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 130/2005, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face dos esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e que, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 130/2005 encontra-se publicado no DA nº 019/2005, de 30/03/2005, em Projetos de Lei, pág. 14)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 75/2005**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 130/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo a autorização para que o Poder Executivo inclua na malha rodoviária estadual o trecho que liga a sede urbana de Bom Sucesso do Sul à PR-566.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da proposição nº 112/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 239/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, dispondo sobre a estadualização do trecho que liga o município de Inácio Martins a Góes Artigas (PR-364). **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 203/2005

Curitiba, 09 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 269/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 239/2005, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e que, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 239/2005 encontra-se publicado no DA nº 035/2005, de 02/05/2005, em Projetos de Lei, pág. 18)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
ANÁLISE PRÉVIA À
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 112/2005

O Projeto de Lei nº 239/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, vetado pelo Governador do Estado, dispõe sobre a estadualização do trecho que liga o município de Inácio Martins a Góes Artigas (PR-364).

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi aposto dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, em sede de análise prévia, optamos pela aprovação, e conseqüente encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 112/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 239/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, dispõe sobre a estadualização do trecho que liga o município de Inácio Martins a Góes Artigas (PR-364).

O projeto de lei foi vetado em face dos esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e que, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Fundamentação

O veto foi aposto no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. 1º SECRETÁRIO (Elton Carlos Welter)
(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Trinta e quatro Srs. Parlamentares votaram.

Solicito aos Deputados Plauto Miró Guimarães e Tadeu Veneri, para procederem ao escrutínio dos votos.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Quatorze NÃO; 21 SIM.

Está aprovado o veto e rejeitado o projeto.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 06, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 613, 638, 718 e 720/2005.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 062, 083, 099, 100, 109 e 110/2005.

Levanta-se a Sessão.

